

JORGE CORREIA JESUÍNO *

IDENTIDADE E ALIENAÇÃO DOS MILITARES

Pensar, em 1985, e em Portugal, sobre o fenómeno militar é ainda voltar à questão central da legitimidade, ou antes, à crise de legitimidade que afecta de forma generalizada, sobretudo nas sociedades ocidentais, a identidade da instituição militar. Vários factores podem ser apontados para a emergência duma tal crise, uns de natureza mais estrutural, outros de natureza mais conjuntural.

Factor de natureza estrutural seria, antes de mais, a progressiva aceitação da doutrina da soberania popular associada à generalizada adopção do sistema democrático, o qual coloca problemas de princípio ao exercício monopolizado da violência colectiva. Isto, obviamente, no que se refere à ordem interna. É certo que este problema se acha em grande parte ultrapassado em sociedades mais consensuais, de elevada cultura política. Subsiste contudo a contradição, ainda não superada, da coexistência de lógicas de funcionamento diferentes, senão antagónicas, no interior do mesmo sistema social. Poderíamos designar este factor de crise de legitimação, de acordo com Van Doorn (1978), como «militarização do político». A questão central reside na ambiguidade do estatuto dos militares que, enquanto corpo social, poderão reivindicar o direito de interpretar a vontade colectiva mas, ao fazê-lo, e na medida em que detêm o monopólio da violência colectiva, dispõem de trunfos que os tornam um parceiro político desigual.

A multiplicação de tais práticas, sobretudo em sociedades de baixa cultura política, com exemplos historicamente próximos, inclusivamente na Europa Latina, veio contribuir largamente para a formulação deste argumento.

* Professor Auxiliar do I. S. C. T. E.

Um outro sintoma de crise seria o da «alienação do militar» entendendo-se como tal uma progressiva penetração social, uma maior continuidade entre organizações civis e organizações militares e portanto uma constante perda de identidade destas últimas.

Na base desta tendência estariam factores de ordem diversa como o desenvolvimento associado à terceira revolução industrial, ditando novas técnicas de gestão organizacional visando a optimização dos custos/eficácia mas, também, e talvez pelas mesmas razões, a emergência de novos valores culturais, incarnados sobretudo pelas gerações mais jovens.

Em alguns casos, como nos países de cultura anglo-saxónica e industrialmente mais desenvolvidos, a alienação é superada pela transformação da profissão militar em ocupação com estatuto e prerrogativas em tudo semelhantes às suas congéneres civis.

Mas, mesmo nestes casos extremos, parece subsistir a necessidade de preservar um «núcleo de heróis», na sugestiva expressão de Janowitz (1960), cuja formação e organização apontam para a manutenção da tradicional eticidade militar. Relativamente a esse núcleo central, seria porventura difícil evitar o seu isolamento relativamente à sociedade civil.

Para além dos factores de crise, detectáveis na interface civil militar, outros ainda podem ser apontados e que dizem respeito ao próprio recurso à «continuação da política por outros meios». Os especialistas nestas questões apontam, por via de regra, a invenção da guerra revolucionária por um lado e, por outro, o emprego das armas nucleares associado à estratégia de dissuasão, mas em ambos os casos está em causa a ultrapassagem dos limites da violência legitimamente tolerada e, por isso mesmo, os seus potenciais utilizadores, ou responsáveis, dificilmente evitam o isolamento a que são votados pela opinião pública civil.

É neste quadro da crise da legitimidade que nos propomos analisar aqui alguns aspectos mais específicos que caracterizam o «fenómeno militar» em Portugal. Limitar-nos-emos a duas perspectivas de abordagem. Numa primeira secção analisaremos alguns indicadores psico-sociológicos disponíveis sobre a imagem projectada pela instituição militar em estratos da sociedade portuguesa, sobretudo os mais jovens, e que permitem identificar alguns sintomas de crise. Num segundo momento analisaremos os aspectos jurídico-políticos mais relevantes na evolução do relacionamento civil-militar e que igualmente nos parecem traduzir uma progressiva alienação da instituição militar em Portugal.

I INDICADORES PSICO-SOCIOLÓGICOS

Existem raríssimos estudos sistemáticos sobre o fenómeno militar em Portugal e, dentro destes, ainda mais raros são os que se centram sobre as imagens recíprocas entre civis e militares. A sociologia militar ou sociologia da defesa é, aliás, disciplina recente, só começando a desenvolver-se a partir da segunda guerra mundial. Revisões críticas sobre tais desenvolvimentos podem encontrar-se em M. Carrilho (1978) e C. Jesuino (1979). Que a produção nacional seja escassa deve-se em grande parte ao tabu a que os problemas estiveram sujeitos durante o período fascista, mas também ao próprio subdesenvolvimento das ciências sociais em Portugal, igualmente por razões de carácter político. Sem tradição de pesquisa, sem uma base de referência de dados empíricos, torna-se aliás difícil propor análises ou diagnósticos com um mínimo de credibilidade científica. Por seu turno, a própria instituição militar nunca se preocupou com promover, tanto internamente, como no exterior, estudos de opinião que ajudassem a melhor detectar motivações, atitudes e valores projectados pelas Forças Armadas. Por tudo isso, e pela dificuldade que há em iniciar novas tendências, ainda hoje se contam pelos dedos os estudos empíricos que constituem o fenómeno militar como objecto de ciência social. Não obstante tais dificuldades, deve-se todavia, desde já, a M. Carrilho (1984) um pioneiro e monumental estudo sobre as origens do oficialato português desde o princípio da 1.^a República e que, em boa hora, inaugura o estudo sistemático da sociologia da defesa em Portugal.

É com base nos dados aí resumidos que se torna possível afastar de forma segura alguns lugares comuns sobre as origens dos oficiais portugueses bem como sobre as consequências que tais origens teriam nas suas atitudes e comportamentos políticos. No estudo de M. Carrilho pode detectar-se a importância do factor urbano, a predominância da origem pequeno-burguesa dos oficiais e as possíveis motivações de promoção social que os animariam a escolher a via rápida da carreira das armas. Factos bem estabelecidos desta natureza são da maior importância para uma melhor compreensão da identidade social dos militares e ajudam a precisar as interpretações possíveis sobre dinâmicas complexas como foi, designadamente, o caso da Revolução de 25 de Abril.

Numa perspectiva mais psico-sociológica, procurámos, por nosso turno, reunir alguns dados empíricos sobre a identidade e a alienação dos militares portugueses. Assim, em 1980, construímos uma escala de atitudes com base nos temas mais cor-

rentes abordados sobre os militares, sobretudo na imprensa, aplicando-a em seguida a uma amostra de conveniência da população universitária de Lisboa. A amostra totalizou 223 sujeitos, de ambos os sexos. Os resultados, resumidos na Tabela 1, foram submetidos a uma análise factorial, com rotação Varimax, a qual produziu seis factores com valores próprios superiores a um.

Tal como se pode verificar examinando a tabela, dum modo geral, as atitudes dos jovens universitários em relação à instituição militar são mais desfavoráveis, sobretudo no que se refere a questões envolvendo serviço militar obrigatório, a dimensão do aparelho militar, ou ao papel enquanto actor político. O pretorianismo aparece aqui claramente rejeitado e tido como ilegítimo. Pode todavia observar-se que, pelo menos em termos mais abstractos e tal como é sugerido pelos dois primeiros factores, rejeita-se a posição radical da inutilidade das Forças Armadas bem como alguns estereótipos caricaturais a ela usualmente associados.

TABELA 1

Estrutura factorial das atitudes para com as Forças Armadas

I (39%) ^c		
- As Forças Armadas servem o Povo e não os Governos	3.46 ^a	(.58) ^b
- O altruísmo dos militares pode levar ao sacrifício da própria vida	4.50	(.51)
- Os militares servem o país e não os governos	4.21	(.65)
II (6%)		
- A existência das Forças Armadas não se justifica no momento histórico actual	3.35	(.59)
- O uso do uniforme despersonaliza os homens	3.63	(.59)
- As Forças Armadas são inúteis	3.37	(.69)
- A existência da organização militar é uma afronta à dignidade humana	3.50	(.65)
- As Forças Armadas são desumanizantes e reduzem os homens a autómatos	4.09	(.60)
III (4%)		
- As Forças Armadas não devem ocupar as cúpulas do Estado	5.52	(-.65)
- Numa sociedade com instituições democráticas estáveis, os militares não devem ter qualquer papel político	5.48	(-.71)

IV (3%)		
- As Forças Armadas são o espelho da nação	4.67-	(.56)'
- As Forças Armadas garantem a continuidade dos valores morais da Nação	4.68	(.64)
- As Forças Armadas são a única saída quando as forças políticas não se entendem	4.75	(.66)
- As Forças Armadas são os defensores da Pátria	3.72	(.63)
- O anti-militarismo é fruto duma propaganda que visa denegrir a imagem das Forças Armadas	4.61	(.59)
- As Forças Armadas simbolizam o destino e a consciência da Nação	4.76	(.73)
- A participação das Forças Armadas na vida política é uma necessidade para a consolidação da democracia	4.61	(.57)
- As Forças Armadas são o garante supremo da democracia	4.74	(.65)
- As Forças Armadas são o garante dos direitos individuais dos cidadãos	4.78	(.60)
- As Forças Armadas são uma escola de virtudes	5.47	(.61)
- As Forças Armadas são o garante da paz	4.13	(.59)
- Servir as Forças Armadas é servir a nação	4.16	(.61)
- As Forças Armadas constituem um modelo para a sociedade civil	5.38	(.64)
- As Forças Armadas constituem a melhor protecção dos direitos políticos dos cidadãos	4.70	(.64)
- Compete às Forças Armadas vigiar o bom funcionamento do Estado e das suas instituições	4.56	(.46)
V (3%)		
- É inútil recordar os feitos militares do passado	3.82	(.53)*
- As Forças Armadas contribuem para o progresso tecnológico e industrial	4.37	(.48)
VI (3%)		
- Não se justifica a existência de tantos homens nas Forças Armadas	5.55	(.62)
- As pessoas que ascendem aos níveis superiores da hierarquia militar são geralmente arrogantes e de ideias estreitas	4.50	(.59)
- A carreira das armas é escolhida sobretudo por indivíduos rígidos e inflexíveis	4.24	(.64)
- As Forças Armadas fazem exigências irracionais de obediência aos seus membros	4.94	(.49)
a — Média numa escala de 1 a 7. Quanto mais elevado o valor, mais desfavorável a atitude.		
b — Entre parêntesis indica-se a saturação do item no respectivo factor.		
c — % de variância explicada pelo factor.		

Daqui poderia inferir-se que à instituição militar, enquanto tal, é reconhecida legitimidade, muito embora se rejeite a retórica da escola de virtudes, ou de reserva moral da nação, que caracterizava o discurso do anterior regime. Enfim, e no que toca ao pacifismo, os dados obtidos sugerem, ainda que de forma

indirecta, uma atitude claramente favorável por parte dos jovens, associada à rejeição de que o anti-militarismo seja apenas fruto da propaganda visando denegrir a imagem das Forças Armadas.

Vale aqui referir que este estudo, cujos resultados se publicam pela primeira vez, foi levado a efeito sem qualquer apoio institucional, e em termos quase artesanais. Por isso mesmo não foi repetido, como seria desejável, a fim de examinar eventuais evoluções e ampliar o âmbito e profundidade da análise. Apesar das limitações apontadas, o estudo fornece confirmação empírica à hipótese de que, também na sociedade portuguesa, a instituição militar, e isso não obstante o presumível prestígio da sua recente intervenção libertadora, sofre dum relativo isolamento e alienação. No que se refere, aliás, à questão específica do serviço militar obrigatório (SMO) as atitudes têm vindo a concretizar-se em comportamentos, sendo de dezenas de milhar o número até agora registado de objectores de consciência. E se é certo, por um lado, que não se verifica actualmente uma crise nas vocações militares, visto a procura dos voluntários para a carreira das armas ser largamente superior à oferta, também é certo que essa situação é, em parte, conjuntural e ditada pela crise de emprego a afectar sobretudo os mais jovens.

Outra fonte de dados que, de algum modo, também aborda alguma destas questões é o inquérito nacional à juventude feito pelo Instituto de Estudos e Desenvolvimento (IED) em 1983. Um grupo de questões do inquérito procurava identificar as atitudes face à guerra. Os resultados obtidos constam da Tabela 2.

TABELA 2

Atitudes face à guerra

- A guerra nunca tem justificação mesmo quando passou a ser a única maneira de proteger interesses nacionais	3.34 a
- Em nome da paz as forças armadas de todos os países deviam acabar	3.09
- Mais vale ser ocupado por um país estrangeiro do que entrar na guerra	2.64

(a) Valores médios numa escala de 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente).

Fonte — Inquérito IED, VI, Valores e atitudes dos jovens. 1983.

Tal como se pode verificar, a guerra é rejeitada, mas a atitude no que se refere à continuidade das forças armadas é mais prudente. Quanto à posição cínica do «better red than dead» verifica-se uma clara posição de discordância, embora não tão extrema como seria desejável para os adeptos do nacionalismo militante.

No mesmo inquérito IED foi igualmente incluída a escala de valores terminais de Rokeach (1973), solicitando-se aos inquiridos que escolhessem os três valores que considerassem mais importantes, ordenando-os em seguida em termos de prioridade relativa. Os resultados obtidos indicam que os valores mais importantes, e isso independentemente do estatuto sócio-económico, preferências políticas, grau de escolaridade, etc., foram: a *felicidade*, a *dignidade*, um *mundo de paz* e a *liberdade* e que os menos escolhidos foram: um *mundo de beleza*, *segurança nacional*, *prestígio social* e *salvação*. Os dois valores da escala de Rokeach relacionados com o tema que aqui analisamos, a *segurança nacional* e o *mundo de paz*, figuram justamente no grupo de valores, respectivamente, menos preferido e mais preferido. Particularmente reveladora é aqui a reduzida importância atribuída à segurança nacional. Mas, sob este aspecto, haverá que moderar a interpretação se atendermos a que a ordenação dessa mesma escala produzida por uma amostra representativa de oficiais e sargentos do Exército, em 1982, colocava o valor *segurança nacional* entre os dezoito valores da escala, em décimo lugar, e o *mundo de paz* em quinto lugar (R. de Lima e C. Jesuíno, 1984). Estudos paralelos não publicados, conduzidos nos outros ramos das Forças Armadas, indicam resultados não apenas semelhantes, mas também altamente estáveis e independentes da hierarquia ou da função desempenhada. Porventura ainda mais indicativo é o exame das ordenações feitas pelos voluntários à carreira das armas, em que se verifica uma importância significativamente superior atribuída à *segurança nacional* e uma menor importância relativa atribuída ao *mundo de paz*: os resultados médios de que dispomos indicam ordenações entre o 6.º e o 8.º lugar da escala para a *segurança nacional*, descendo para o 10.º lugar com o processo de socialização profissional, enquanto para o *mundo de paz* se verifica o efeito inverso. A hipótese a derivar destes resultados seria a de que as atitudes mais convencionalmente militaristas dos candidatos às Forças Armadas não correspondem ao perfil, muito mais moderado e próximo dos sectores civis, dos oficiais e sargentos dos quadros permanentes. Para além disso poderá

ainda observar-se uma certa indiferença global, na sociedade portuguesa, pelos problemas da defesa nacional.

Uma outra questão de interesse abordada no inquérito do IED é a que se referia às atitudes dos jovens face ao 25 de Abril. Perguntava-se no inquérito se o 25 de Abril tinha sido benéfico ou prejudicial tanto em termos pessoais como em termos da sociedade global.

TABELA 3

A atitude face ao 25 de Abril

	O 25 de Abril e a sociedade portuguesa	Incidência pessoal do 25 de Abril
Prejudicou	22%	16%
Beneficiou	48%	25%
Não prejudicou nem beneficiou	22%	52%
N. S./N. R.	9%	5%

Da análise dos resultados obtidos, reproduzidos na Tabela 3, pode concluir-se que são passíveis de duas leituras: «permitem afirmar que a atitude face ao 25 de Abril é maioritariamente positiva, e permitem afirmar que apenas cerca de três jovens em cada dez consideram que o 25 de Abril beneficiou e que cinco em cada dez consideram que daí advieram benefícios para a sociedade portuguesa» (J. Vala, 1985: 165).

Mas quer a leitura seja mais ou menos favorável, uma consequência melancólica que dela se pode derivar é que é escasso e breve o «crédito de idiossincrasia» ou «estado de graça» susceptível de ter protegido a instituição militar portuguesa dos efeitos alienantes do *Zeitgeist* que sobre ela se projectam.

Por último cabe ainda referir os resultados obtidos por L. Soczka (1983) nos estudos que levou a efeito com vista à construção e validação dum questionário de atitudes sociais e políticas (SOPOL) para a população portuguesa. L. Soczka começou por aplicar o questionário alargado de Eysenck (1953), de 176 itens, a uma amostra de 332 sujeitos, de ambos os sexos, nos distritos de Faro e de Lisboa.

Na Tabela 4 reproduzem-se as distribuições percentuais das respostas aos itens relativos às questões de que aqui nos ocupamos.

TABELA 4

Distribuição percentual das respostas por item ao questionário de Eysenck (L. Soczka, 1983)

	* 1	2	3	4	5
i 3. A guerra nunca tem justificação, mesmo quando parece ser a única maneira de proteger os nossos direitos nacionais e a nossa honra	7,8%	14,8%	3,9%	25,9%	47,6%
i 13. O serviço militar obrigatório, mesmo em tempo de paz, é essencial à sobrevivência deste país	24,1	19,3	14,5	28,0	14,2
i 22. Os males que a guerra traz são sempre maiores do que quaisquer benefícios que ela possa trazer	3,9	5,7	5,4	24,7	60,2
i 46. As principais ameaças a este país nos últimos 50 anos vieram de agitadores e ideias de origem estrangeira	22,9	19,0	31,6	18,7	7,8
i 62. A guerra faz parte da natureza humana	24,4	17,2	6,6	30,7	21,1
i 65. Quando o que está em causa é a paz não há que hesitar em desistir da parte da nossa soberania nacional	12,7	17,8	21,7	28,9	19,0
i 83. Não investimos dinheiro suficiente nas nossas forças armadas	46,1	15,7	29,2	6,6	2,4
i 92. O pacifismo é uma atitude filosófica que não é prática nos dias que correm	14,2	19,3	13,3	34,3	14,0
i105. Mais vale ser ocupado por um país estrangeiro do que entrar em guerra	39,8	20,2	23,2	10,8	6,0
i110. Enquanto nação nunca entrámos numa guerra injusta	42,8	13,6	35,2	5,1	3,3
i143. Defenderia o meu país mesmo que fosse contra as minhas convicções	33,4	19,0	12,0	22,6	13,0
i162. As pessoas que se recusam a fazer o serviço militar são traidores à pátria e deveriam ser tratadas como tais	47,9	28,3	9,3	10,8	3,6
i172. Em nome da paz deve ser proibido o fabrico de armas e munições	4,2	6,3	11,7	25,0	52,7

(*) — 1 discordo em absoluto; 2 discordo parcialmente; 3 sou neutro em relação à questão; 4 concordo parcialmente; 5 concordo absolutamente
 Dados reproduzidos com autorização do autor.

Posteriormente, o mesmo autor, em sucessivas análises factoriais, veio a construir uma nova escala, que designou por SOPOL, com 48 itens, e que revelou poder para discriminar os respondentes em função das suas opções políticas. Um dos factores do SOPOL, designado por *pacifismo*, pelo autor, contém alguns dos itens indicados na Tabela 4. Na Tabela 5 reproduzimos os valores em que L. Soczka se baseou para validar a escala obtida a partir de uma amostra de 256 sujeitos, de ambos os sexos, em Lisboa, Porto e Évora.

TABELA 5

Distribuição percentual das respostas por item ao questionário SOPOL (L. Soczka, 1983)

	* 1	2	3	4	5
i 1. A guerra nunca tem justificação mesmo quando parece ser a única maneira de proteger os interesses nacionais	9,3%	15,2%	3,1%	32,3%	40,5%
i 8. Os males que a guerra traz são sempre maiores do que quaisquer benefícios que ela possa trazer	3,1	12,5	2,3	18,	63,8
i15. Se a nossa soberania nacional for ameaçada, impõe-se que as nossas forças militares a defendam pelas armas	16,3	17,1	8,6	25,3	32,7
i22. Mais vale ser ocupado por um país estrangeiro do que entrar em guerra	46,7	23,0	16,0	9,7	4,7
i37. Se para defender a sociedade contra os seus inimigos for necessário recorrer à violência, não há que hesitar	21,0	30,7	6,6	26,5	15,2
i42. Em nome da paz deve ser proibido o fabrico de armas e munições e os exércitos deviam ser desmobilizados em todos os países do mundo, sem excepção	7,0	10,9	4,3	25,3	52,5

(*) — 1. discordo em absoluto; 2. discordo parcialmente; 3. nem concordo nem discordo; 4. concordo parcialmente; 5. concordo em absoluto.

Os dados obtidos revelaram ainda que os *scores* em pacifismo, como aliás nos restantes factores da escala SOPOL, dependem do sector ideológico-político em que os respondentes

se situam. Especificamente foi determinado que é nas áreas socialista e «ecologista» que os *scores* em pacifismo são mais elevados, enquanto nos sectores tanto mais conservadores como mais à esquerda os *scores* são significativamente mais baixos.

Se confrontarmos os resultados obtidos nas diferentes amostras, podemos verificar a existência de flagrantes analogias, o que sugere a hipótese de uma certa homogeneidade estrutural nas atitudes da população portuguesa face aos problemas da guerra e da paz e a uma instituição das Forças Armadas. De um modo geral, a atitude detectada parece ser moderadamente pacifista, sem que todavia a hostilidade, igualmente moderada, para com as Forças Armadas ponha em causa a sua existência e a sua razão de ser. A segurança nacional é atribuída, enquanto valor, uma baixa prioridade, mesmo pelos próprios militares dos quadros permanentes. Alguns dos estereótipos que se desenvolvem na interface civil-militar afiguram-se simplistas, mas não propriamente alienantes. A instituição miliar surge assim discretamente tolerada na sociedade portuguesa dos anos oitenta. É um pouco um mal necessário, a reserva em *ultima ratio* de que é preciso dispor para fazer face a ameaças de contornos difusos e de concretização tida como altamente improvável.

II INTERFACE JURÍDICO-POLÍTICO

Existe uma tensão estrutural nos regimes democráticos mundo-capitalistas entre sociedade civil e sociedade militar que M. Feld resume, liminarmente, nos seguintes termos: «Como a política militar de uma sociedade secular tem como objectivo a criação de uma força armada apolítica, e como a política social do soldado profissional tem por objectivo a criação duma sociedade apolítica, uma harmonia estável entre ambos é impossível» (1977: 135).

A dar crédito à formulação de M. Feld, o conflito civil-militar seria assim um conflito eminentemente político. Para ambas as partes, o objectivo seria que a outra renunciasse à política. Da perspectiva civil, a renúncia do militar constitui a garantia da sua não intervenção enquanto parceiro partilhando do direito à soberania popular e mesmo da força para a fazer impor. Da perspectiva militar, o mal da sociedade civil residiria na falta de consenso, geradora de conflitos e confrontações.

Poderíamos todavia acrescentar que este conflito, nos países de maior sucesso secular, se tem cifrado por uma clara predominância da sociedade civil sobre a sociedade militar. Aliás,

o fenómeno da progressiva perda de identidade, ou seja, da alienação dos militares, não é mais do que sintoma dessa hegemonia exercida pela sociedade civil. A solução encarada tem sido, por via de regra, de tipo tecnocrático.

A super-instituição militar, garante da continuidade do Estado, escola das virtudes nacionais, etc., transforma-se numa tecno-estrutura especializada que, sobretudo em tempo de paz, não difere substancialmente de qualquer grande empresa burocrático-industrial.

Esta solução é já claramente visível nos países que renunciaram ao serviço militar obrigatório adoptando a fórmula das forças exclusivamente voluntárias. Pode aliás argumentar-se que tal solução é mais democrática do que a conscrição, argumentação esta defendida sobretudo nos países de tradição demo-liberal, onde o serviço militar obrigatório sempre foi considerado como atentatório à liberdade individual. O que porventura será mais importante na transformação da profissão militar em simples ocupação é a rotatividade observada, inclusivamente, no corpo de oficiais. Sob esse aspecto o exemplo da França, que mantém a conscrição, mas em que o tempo médio de permanência dum oficial de carreira é de ordem dos dez anos, é bem ilustrativo dessa tendência. Em Portugal não se observa ainda tal fenómeno. Por via de regra o oficial de carreira mantém-se até ao fim.

No que se refere ao ordenamento jurídico, todo o esforço das instâncias políticas civis portuguesas, logo que se inicia o processo de «normalização» com o 25 de Novembro de 1975, se tem centrado na procura da subordinação das Forças Armadas ao poder político civil. Tal esforço tem sido bem sucedido embora sejam de registar alguns acidentes de percurso e posturas não poucas vezes ditadas por razões meramente conjunturais. Basta lembrar as vicissitudes que conheceu a lei da defesa nacional, a qual só veio a ser promulgada em finais de 1982. O arranjo final aí consagrado é, nas suas grandes linhas, idêntico ao que se observa na grande maioria das grandes democracias ocidentais. Pode aliás dizer-se que se acha em grande parte ultrapassada a polémica em torno da subordinação ao governo *versus* subordinação ao Presidente da República. Tal como observa Jenkins (1978) uma das características do modelo democrático consiste na não distinção entre estado e governo legítimo.

O estado não é mais visto como uma pessoa real de que o indivíduo seria um elemento abstracto, e a sua marca distintiva consiste no poder exercido por um corpo de governantes para o efeito seleccionados.

«É a este corpo governamental e não ao estado», escreve Jenkins, «que o militar deve obediência, independentemente do carácter provisório da sua autoridade. Qualquer distinção implícita expressa pelos militares entre as finalidades do governo do dia e as finalidades do estado cria um problema real de legitimidade» (Jenkins, 1978: 44). Sob certos aspectos, a questão seria um pouco fútil, na medida em que a ordem jurídico-política, só por si, não é suficiente, para evitar qualquer sobressalto pretoriano. Abordou-se já, mais desenvolvidamente, esta questão noutro lugar, pelo que aqui não se insistirá (Civicus, 1982).

Todavia, no caso vertente, sendo tal ordenamento menos imposto do topo do que paulatinamente adquirido através do consenso das partes, é inegável o seu apreciável capital de legitimidade e de legitimação. Menos consensual porém, e podendo contribuir para o reforço da alienação dos militares portugueses, é a ambiguidade do estatuto político que os sectores civis responsáveis insistem em conferir aos militares e que se traduz no discutível art.º 31 da referida lei de defesa. A retórica oficial pretende, consciente ou inconscientemente, confundir, sob a rubrica abstracta de apartidarismo das Forças Armadas, por um lado entre apartidarismo e apoliticismo e, por outro lado, entre apartidarismo da instituição, como um todo, e apartidarismo dos sujeitos individuais que a integram. A confusão é grave e pode inclusivamente gerar efeitos perversos. O importante, com efeito, seria dispor de mecanismos de controlo que garantissem a não partidarização das Forças Armadas, expressamente exigida na lei, mas é contestável que tais mecanismos passem pela negação do estatuto de cidadania a cada membro *individual* das Forças Armadas. Pelo contrário, é desse modo que as Forças Armadas se tornam presa fácil da instrumentalização e partidarização, obviamente a partir do topo. Este ponto, sempre controverso, é também dos que mais contribuem para o isolamento e alienação dos militares no interior da sociedade a que pertencem e que são supostos defenderem.

Com mais ou menos vicissitudes, com incompreensões que se podem atribuir mais à inexperiência do que à malícia, o balanço que é possível estabelecer neste domínio do ordenamento jurídico-político parece todavia positivo. A consolidação do quadro democrático, e nada leva a supor que possa vir a alterar-se, aponta para que a intervenção das Forças Armadas na vida política do país passe definitivamente à história. O próprio MFA, que tinha exactamente tais objectivos no seu programa, ou seja, pôr fim, simultaneamente, ao fascismo e ao pretorianismo, embora possa, hoje, reclamar-se decepcionado com os resultados, é muito menos fonte de sobressalto do que

paradoxal legitimação do regime e, ao mesmo tempo, paradoxal fonte de alienação militar. Se há situação que os psiquiatras designam, como «double-bind» esta seria um exemplo típico. Para além destes aspectos residuais e que, vimo-lo através da curta memória dos jovens, rapidamente se esfumam para o passado, resta que, e disso estarão os governantes conscientes, se torna urgente clarificar o papel e missão atribuídos, num tal contexto, às Forças Armadas, sob pena de acelerar o processo de alienação para além dos limites toleráveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Carrilho, M. (1978), «Principais tendências na sociologia militar. Literatura e selecção bibliográfica», *Nação e Defesa*, 7.
- (1982), «Origens sociais do corpo de oficiais das forças armadas portuguesas, ao longo do século XX», *Análise Social*, 3/4/5.
- (1984), *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Século Vinte*, Lisboa, ISCTE (dissertação de doutoramento).
- Civicus (1982), «A questão militar», *Economia e Socialismo*, 57/5.
- Diário da República, Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas* (Lei n.º 29/82 de 11 de Dezembro).
- , *Conceito estratégico de defesa nacional* (Resolução do Conselho de Ministros n.º 10/85 do 20 de Fevereiro de 1985).
- Eysenck, J. (1953), «Primary social attitudes», *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 48.
- Feld, M. D. (1977), *The Structure of Violence — Armed Forces of Social Systems*, Sage Publications.
- I. E. D. (1983), *Inquérito I. E. D. — Valores e atitudes dos jovens (Estudo preliminar)*, Lisboa.
- Janowitz, M. (1960), *The Professional Soldier: A social and political portrait*. Glencoe, Ill., The Free Press.
- Jenkins, G. H. (1978), «Legitimacy and the Problem of Order», in Van Doorn (Ed.), *The Military and the Crisis of Legitimacy*, Sage.
- Jesuino, J. C. (1979), «Relações entre civis e militares. O ponto de vista dos académicos», *Nação e Defesa*, 9.
- Lima, J. P. R. e Jesuíno, J. C. (1984), «Análise dos valores humanos. Exército Português, 1982», in Associação 25 Abril — *Seminário 25 de Abril — 10 anos depois*.
- Rokeach, M. (1973), *The Nature of Human Values*, New York, Free Press.
- Soczka, L. (1983), *SOPOL — Estudo Factorial de um Questionário de Atitudes Sociais. Validado para a População Portuguesa*, Lisboa, LNEC, ICT, ITI, 22.
- Vala, J. (1985), *Representações sociais dos jovens: valores, identidade e imagem da sociedade portuguesa*. Inquérito IED, XI.
- Van Doorn, J. (ed.) (1978), *The Military and the Crisis of Legitimacy*, Sage.